

## **Uso da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelos usuários externos e preparadores à luz da Teoria da Difusão da Inovação**

### **RESUMO**

O presente estudo buscou identificar como os usuários externos e preparadores perceberam a substituição da DOAR pela DFC e qual a intensidade de utilização, além de quais outras informações contábeis, eles julgam ser mais importantes na análise de uma entidade. Para isso foi aplicado um questionário do tipo exploratório a um público presente no evento da ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) realizado na cidade de São Paulo. Com embasamento teórico foram utilizados os fundamentos da Teoria da Difusão da Inovação, Teoria da Ação Racional e Teoria da Divulgação Voluntária. Os resultados obtidos mostraram que a substituição da DOAR pela DFC foi benéfica para este público, pois agregou relevância as informações contábeis, além disso a DFC ficou classificada entre as cinco informações contábeis mais utilizadas na análise de uma entidade.

**Palavras-chaves:** Demonstração dos Fluxos de Caixa, Divulgação Voluntária, DFC DOAR.

### **ABSTRACT**

The present study sought to identify how external users and preparers perceived the replacement of DOAR by DFC and the intensity of use, in addition to what other accounting information, they believe to be more important in the analysis of an entity. For this purpose, an exploratory questionnaire was applied to an audience present at the ANEFAC (National Association of Finance, Administration and Accounting Executives) held in the city of São Paulo. With a theoretical basis, the foundations of the Theory of Diffusion of Innovation, Theory of Rational Action and Theory of Voluntary Disclosure were used. The results obtained showed that the replacement of DOAR by DFC was beneficial for this audience, as it added relevance to the accounting information, in addition the DFC was classified among the five most used accounting information in the analysis of an entity.

**Keywords:** Applicability on Statement of Cash Flows, Voluntary Disclosure, SCF.

## 1 INTRODUÇÃO

Em função do processo de convergência brasileiro às normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), o conjunto completo de demonstrações contábeis foi modificado. A demonstração do resultado abrangente (DRA), a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) e a demonstração do valor adicionado (DVA) passaram a ser exigidas e a demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) deixou de ser obrigatória (Antunes, Pelucio-Grecco, Formigoni, & Mendonça Neto, 2012).

Neste cenário a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) afirmou que a obrigatoriedade da DFC diz respeito à necessidade de adaptação aos mercados globais, melhorando na medida em que harmoniza as práticas nacionais frente as internacionais, resultando em um aumento de competitividade das empresas brasileiras, tendo em vista que a análise ocorrerá de forma mais facilitada pelos investidores estrangeiros (Santos, 2006).

A obrigatoriedade da DFC pode ser entendida como uma inovação, pois conforme Rogers (2003), inovação refere-se a ideias, práticas ou objetos percebidos como novos pelo adotante. Nota-se que o conceito é bastante amplo e não se refere a algo inédito, mas sim a algo percebido como novo pelo usuário.

De acordo com a inovação mais recente com o posicionamento dos autores Tidd, Bessant e Pavitt (2005), a inovação não implica necessariamente a criação, produção e comercialização apenas dos maiores avanços, daquilo que é tido como o estado da arte em tecnologia, conhecido por inovação radical, mas também pode incluir mudanças em pequena escala nas tecnologias já utilizadas, caracterizando uma melhoria, mudança gradativa ou inovação incremental.

Com base nesse contexto, o objetivo deste artigo é identificar como os usuários externos e preparadores percebem a utilização da DFC durante análise da capacidade de geração de caixa de uma entidade, em conformidade com as IFRS, à luz da Teoria da Difusão da Inovação (*Diffusion of Innovation* - DOI) de acordo com o autor Rogers (2003).

O que fomentou a realização da presente pesquisa foi a necessidade de compreensão do processo de tomada de decisão com base na DFC e da sua relevância para o usuário externo, apontando os seus conceitos, metodologias aplicadas tanto no formato direto quanto no formato indireto, fluxos de caixa operacionais, definições legislativas e adoção das normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o que acarretou mudanças em relação aos procedimentos contábeis, bem como alterações na forma de proceder às Demonstrações Financeiras (Salotti, & Santos, 2015).

Consequentemente, tornou-se obrigatória a elaboração da DFC e da DVA apenas para as companhias de capital aberto e para outras companhias que tenham patrimônio líquido superior a 2 milhões de reais. Porém, antes de se tornarem obrigatórias, a DVA e a DFC, já eram incentivadas pela CVM a partir do final dos anos 90 (Salotti, & Santos, 2015; Salotti, & Yamamoto, 2008).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade é importante para o amadurecimento empresarial, tendo em vista que ela demonstra o desempenho de uma empresa a medida em que ela serve de instrumento informacional para que os usuários externos tomem decisões maximizando os resultados positivos e minimizando os negativos.

De acordo com Sá (2002, p. 46), a contabilidade é definida “como a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais” e conforme o entendimento do mesmo autor “tal definição, estabelece os limites, objeto e natureza do estudo da ciência contábil”.

Além disso, vale ressaltar que, no entendimento de Iudícibus (1999, p. 52), “o objetivo da contabilidade é de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira, e subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários interno e externos à entidade objeto de contabilidade”.

Por fim, Padoveze (2007, p. 29) acrescenta que a contabilidade objetiva “o controle de um patrimônio”, sendo desta forma, importante para a rotina financeira das empresas e essencial no que diz respeito a sua evolução, mais especificamente no controle do patrimônio empresarial.

No entendimento do autor Santos (2001, p. 57), o fluxo de caixa é “um instrumento de planejamento financeiro que tem por finalidade fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”. Ressalta ainda que a “necessidade de planejamento de caixa está presente tanto nas empresas com dificuldades financeiras, como naquelas bem capitalizadas”.

O fluxo de caixa é um instrumento que auxilia a gestão da empresa em seu planejamento e controle das decisões e evidencia as entradas e saídas de valores monetários, não podendo ser confundido com o fluxo de caixa com circulação da conta caixa na contabilidade.

De acordo com Assaf Neto e Silva (1997, p. 38) fluxo de caixa “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas”, onde as atividades da empresa dividem-se em operacionais, de investimento e de financiamento.

A DFC é relevante para a gestão financeira, tendo em vista que, segundo Perez Júnior e Begalli (1999), este tipo de demonstração demonstrou ser de extrema utilidade para inúmeros fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente nos aspectos que influenciam as decisões dos usuários externos.

Neste sentido, complementa Iudícibus (1999, p. 218) a respeito da DFC, que ela demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que passou pelo caixa em um determinado período e o respectivo resultado deste fluxo.

## **2.1 Importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um instrumento que possibilita mostrar de forma direta ou indireta as mudanças ocorridas no caixa da empresa, demonstrando as entradas e saídas de dinheiro, ou seja, os reflexos no caixa da empresa. Desde o momento que sai da demonstração de resultados até o balanço patrimonial.

O objetivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa, ocorridos num determinado período. Ela deve seguir orientações do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão normatizador das práticas contábeis americanas e do *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão que estabelece normas internacionais de contabilidade, as quais vêm sendo progressivamente adotadas por vários países, inclusive no Brasil.

De acordo com a CVM n.º 547 de 13 de agosto de 2008, a DFC, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. A Demonstração dos Fluxos de Caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes entidades porque reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

A DFC demonstra a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalentes ao caixa num período reportado, detalhando os recebimentos e pagamentos que causaram essa variação. Com isso, aponta a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em

operações rentável com a finalidade de buscar a eficácia financeira e administrativa das empresas.

Na DFC são apresentadas a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo, sendo que o caixa engloba as contas caixas e bancos, evidenciando as entradas e saídas de valores monetários no decorrer das operações que ocorrem ao longo do tempo nas organizações segundo.

### **2.1.1 Vantagens da Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Como consequência da adoção das normas internacionais, o país passou a exigir a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa para empresas de capital aberto e empresas de capital fechado, com patrimônio líquido superior dois milhões de reais (Lei nº 11.638, 2007). As primeiras divulgações da Demonstração do Fluxo de Caixa datam de meados da década de 1980, elaboradas primeiramente no Canadá, seguido por países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha (Salotti, & Yamamoto, 2008).

A DFC evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, permitindo à administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los e, ainda, avalia e controla ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa e seus reflexos monetários. O surgimento do demonstrativo pode ser creditado à necessidade das empresas de prestarem informações, de forma mais simples e eficaz, aos usuários, relativo aos seus aspectos financeiros e econômicos (Braga, & Marques, 2001; Theófilo, 1998).

A carência de informações referente à capacidade de geração de caixa era crescente entre os investidores, fomentando, assim, a inserção da Demonstração dos Fluxos de Caixa em meio às Demonstrações Financeiras obrigatórias pela legislação societária (Braga e Marques, 2001; Theófilo, 1998).

Apesar de a DFC tornar-se obrigatória apenas com o advento da harmonização das demonstrações contábeis, muitas empresas publicavam-na voluntariamente, de acordo com Salotti e Yamamoto (2008), também para algumas organizações, a evidenciação já acontecia, em virtude de terem seus títulos negociados na Bolsa de Valores em países cuja demonstração já era exigida Macedo et al, 2011; Salotti; Yamamoto, 2008 sentenciaram que a divulgação voluntária, à época, ganhava força em virtude do conteúdo informacional que a demonstração apresentava e pelo fato de, a partir de sua publicação, as empresas demonstrarem expressiva redução da desigualdade de informações.

Braga e Marques (2001) destacaram que a DFC traz, em seu conteúdo, informações em relação ao fluxo financeiro e oferece elementos para a avaliação da capacidade de pagamentos liquidez. Alicerçado por Macedo et al. (2011), por intermédio dos subsídios fornecidos pela DFC, considera-se ser possível colher informações em relação ao quadro de solvência empresarial durante um determinado período. Isso é alcançado uma vez que as informações geradas se dão, especificamente, quanto às variações ocorridas no caixa da empresa.

Várias pesquisas foram realizadas sobre a utilização da DFC como divulgação voluntária e a sua relevância informacional (Macedo et al., 2011; Salotti & Yamamoto, 2008; Borsato, Pimenta, & Lemes, 2009).

Discorre-se sobre os estudos de Salotti e Yamamoto (2008) que pesquisaram, a partir da Teoria da Divulgação Voluntária, os determinantes da divulgação da DFC por empresas brasileiras; e, como resultado, evidenciaram que este procedimento tem forte correlação com a teoria do *disclosure* voluntário e, ainda, que tem relação positiva com o desempenho da empresa. Macedo et al. (2011) analisaram ter havido impacto informacional a partir a teoria da *value relevance*, em relação à substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de

Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os resultados encontrados apontaram que a DFC acrescentou mais relevância às informações contábeis em relação a DOAR.

Em relação à estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa, a conta caixa é entendida como dinheiro em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de rápida conversão em dinheiro. Os autores Braga e Marques (2001) ressaltaram que o demonstrativo é dividido em três aspectos, ou atividades: Atividades Operacionais, Atividades de Investimentos e Atividades de Financiamentos.

Para os autores Salotti e Yamamoto (2008) perfazem que, a partir da somatória desses fluxos, encontram-se as variações líquidas e são somadas às variações dos exercícios anteriores nesse caso, o saldo final do caixa.

As atividades operacionais compreendem todas as movimentações da conta caixa em relação ao objeto social em que a empresa está inserida. Atividades de investimentos dão-se a partir das variações da conta caixa com itens utilizados para dar suporte às atividades operacionais, ou para a realização de bens ou serviços.

As atividades de financiamentos traduzem as movimentações do caixa em relação aos capitais que financiaram as atividades empresariais, tais como capitais próprios e algumas exigibilidades (Braga e Marques, 2001; Salotti e Yamamoto, 2008).

Outras vantagens são de prover informações sobre a situação financeira e a possibilidade de utilização da demonstração de fluxos de caixa por um número muito mais ampliado de usuários, para o autor Afonso (1999, p. 22).

### **2.1.1.1 Teoria da Divulgação Voluntária**

O desenvolvimento evolutivo empresarial levou a disjunção entre controle e propriedade, onde os proprietários passaram a contratar profissionais especializados, denominados pela teoria de agentes, para então gerir os seus empreendimentos.

A sua principal responsabilidade do agente na relação com o seu contratante, foi denominado de principal. razão pela qual, os interesses econômicos do agente acabaram aparecendo nessa relação, visto que esse possui informações privilegiadas sobre o negócio, devido a sua função de gestor.

Essa relação entre agente e principal é denominada de relação de agência sobre a qual foi desenvolvida a teoria da agência.

Os autores Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como um contrato, sob o qual uma ou mais pessoas (principal) envolvem outra pessoa (agente) para realizar um serviço em seu nome, descrevendo uma situação de autoridade delegada ao agente, nesse papel o investidor.

O principal pode agir de modo a limitar as divergências de seu interesse através do estabelecimento de incentivos ou acarretando custos de monitoramento destinados a limitar as atividades do agente.

Já sob a ótica do autor Lambert (2001), a teoria da agência tornou-se atraente aos pesquisadores contábeis, pois desta forma permite a incorporação de conflitos de interesse, problemas de incentivo e mecanismos para controlar problemas.

Os sistemas contábeis produzem numerosas informações financeiras e isso ajuda as pessoas a interagirem com as organizações. Segundo autor Bromwich (2006), a perspectiva econômica da teoria de agência tem fornecido importantes contribuições para a contabilidade gerencial e entre elas estão uso de medidas financeiras. Conforme a estrutura conceitual básica das IFRS, o investidor é colocado como um dos usuários das informações geradas pelos indicadores financeiros, na perspectiva econômica da teoria da agência, no papel de principal.

### **2.1.1.2 Teoria da Ação Racional**

Os autores Fishbein e Ajzen (1975) distinguem quatro conceitos que são pontos-chave em sua teoria: atitude, crença, intenção e comportamento. Consideram que a definição de cada uma dessas variáveis, deve ser precisa de forma a eliminar interpretações divergentes e, ao mesmo tempo, trazer claras implicações para suas medidas, evitando, com isso, a escolha arbitrária delas.

Para esses investigadores, as crenças referem-se à informação que o indivíduo tem a respeito do objeto da atitude. Especificamente, cada crença liga um objeto a um atributo, sendo que o primeiro pode ser constituído por conceitos, comportamentos, pessoas, eventos etc.; e o segundo, por características, qualidades, consequências, eventos etc.

A força da associação do objeto com o atributo é denominada de força da crença, ou seja, o grau em que um indivíduo acha provável ou acredita que um objeto esteja ligado a um dado atributo. Isso implica que a crença deva ser medida, colocando-se o sujeito ao longo de uma dimensão de probabilidade subjetiva, envolvendo a associação de um objeto a um atributo.

A intenção refere-se ao propósito que um indivíduo tem de desempenhar um comportamento. O grau em que ele considera que vai desempenhar determinado comportamento é denominado de força da intenção e pode ser medido colocando-se o indivíduo ao longo de uma dimensão de probabilidade subjetiva, envolvendo ele próprio e algum comportamento.

O termo comportamento, utilizado nesta teoria, refere-se unicamente a ações observáveis do sujeito, havendo tanto cuidado com sua definição e medida como no caso dos três outros conceitos descritos.

A base da estrutura conceitual da teoria é provida pela distinção entre seus quatro elementos. No entanto, o principal interesse da estrutura conceitual é dirigido às relações entre eles.

A Teoria da Ação Racional (TRA), possui grande suporte empírico que a faz destacar-se entre as teorias atuais do gênero. Podem ser citados vários trabalhos que comprovam suas proposições, abrangendo diversas áreas de estudo: sobre o comportamento do consumidor; o de Fishbein, Ajzen e Hinkle (1980) acerca do comportamento de votar; o de Sejwacz, Fishbein e Ajzen (1980).

### **2.1.1.3 Teoria da Difusão das Inovações**

De acordo com Rogers (2003), inovação refere-se a ideias, práticas ou objetos percebidos como novos pelo adotante. Nota-se que o conceito é bastante amplo e não necessariamente refere-se a algo inédito, mas sim a algo percebido como novo pelo usuário.

Dessa forma, a análise da aceitação da Demonstração dos Fluxos de Caixa será efetuada à luz da Teoria da Difusão das Inovações.

A DOI define as seguintes características percebidas que influenciam na adoção de uma inovação tecnológica: (a) Vantagem Relativa, ou seja, quanto mais a inovação é percebida como melhor que seu precursor, maior a chance de ser adotada; (b) Compatibilidade, isto é, a inovação é percebida como consistente com valores, necessidades e experiências dos usuários potenciais; (c) Complexidade, que se refere ao grau de dificuldade de uso de uma inovação. Esse aspecto dificulta a adoção de uma inovação; (d) Observabilidade ou visibilidade de seus benefícios, ou seja, o grau de como os resultados de uma inovação são observados; (e) Experimentação, isto é, grau em que a inovação pode ser testada ou experimentada antes da adoção.

Rogers (2003) ainda sugere outras variáveis ligadas a fatores internos às organizações, que também contribuem para a adoção da inovação, como o tipo de decisão pela inovação, isto é, o processo mental que vai desde o conhecimento inicial da inovação, a formação da atitude

em relação à inovação, a decisão de adotá-la ou rejeitá-la, a implementação e a confirmação da decisão.

Outros fatores importantes são a natureza dos canais de comunicação pelo qual a inovação é introduzida na entidade, a natureza do sistema social envolvido e o papel do agente de mudança nesse processo.

Os autores Moore e Benbasat (1991) acrescentam outras características percebidas que influenciam na adoção de uma inovação tecnológica: (i) Imagem, ou seja, grau em que o uso da inovação é percebido para melhorar a imagem de uma entidade, que pode ser entendida como um aspecto da característica Vantagem Relativa de Rogers; (ii) Uso voluntário, isto é, a percepção do usuário de ser livre na decisão da implementação da inovação.

No entanto, o senso comum e a experiência indicam que há níveis de voluntariado em relação ao comportamento na entidade. Por isso, os autores mencionam a percepção de uso voluntário e não um uso voluntário real da inovação.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa descritiva foi desenvolvida com base em dados primários, extraídos por meio de questionário, com questões fechadas. A população é composta por profissionais brasileiros de finanças, administração e contabilidade. A amostra foi constituída por associados da Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. O questionário foi aplicado no decorrer do mês de maio de 2019.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário impresso disponibilizado em mãos, sem identificação dos respondentes que aceitaram participar da pesquisa como voluntários. As variáveis dos estudos foram destacadas utilizando como base DOI e TRA, conforme Tabela 1.

Tabela 1

#### Variáveis de estudo, questões e fundamentação teórica

Variáveis do Estudo	Fundamentos Teóricos
Idade, sexo, cidade e estado do trabalho, atividade e tamanho da empresa, graduação e pós-graduação, ocupação.	TRA - variáveis demográficas
1) Escolha qual a informação contábil você julga mais importante para tomada de decisões para o usuário externo.	DOI - Avaliação
2) Sua empresa divulga/publica a Demonstração de Fluxo de Caixa	DOI - Imagem
3) Qual o método de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa você julga melhor para utilizar no processo de tomada de decisões:	DOI - Avaliação
4) Qual seu conhecimento da DFC?	DOI - Avaliação
5) Qual seu uso da DFC?	DOI - uso voluntário
6) A substituição da obrigatoriedade de apresentação da DOAR pela DFC, agregou valor ao meu dia-a-dia, ou, nas demonstrações contábeis no tocante a tomada de decisões.	DOI - Observabilidade
7) A DFC tornou-se indispensável em minhas análises.	DOI - Observabilidade
8) O sistema da minha empresa está preparado (parametrizado) para gerar automaticamente a DFC.	DOI - Complexidade
9) Tenho dificuldade na elaboração ou análise da DFC.	DOI - Complexidade
10) Ao analisar a DFC tenho melhor compreensão em identificar as melhores alternativas para conseguir atingir as metas financeiras da empresa.	DOI - Observabilidade

11) A DFC traz benefícios na análise e verificação da capacidade de geração de caixa da empresa.	DOI - Avaliação
12) Tive dificuldade na adoção inicial da DFC.	DOI - Complexidade
13) Tenho dificuldade de entendimento da DFC em minhas análises.	DOI - Complexidade
14) Eu já utilizava a DFC, mesmo antes de sua obrigatoriedade, pois essa informação é primordial para minhas análises.	DOI - uso voluntário
15) Eu utilizava a DOAR em minhas análises e a dispensa de obrigatoriedade dessa informação foi prejudicial para mim.	DOI - Observabilidade
16) Os bancos com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.	DOI - Compatibilidade
17) Os clientes com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.	DOI - Compatibilidade
18) Os fornecedores com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.	DOI - Compatibilidade
19) Não confio em demonstrações contábeis não auditadas.	TRA - variáveis demográficas
20) A publicação de demonstrações contábeis gera benefício que supera o custo de publicação.	DOI - Vantagem relativa

Fonte: elaborado pelos autores.

### 3.1 Perfil dos entrevistados

Foram obtidas 51 respostas completas, sendo 14 preparadores (P) e 37 usuários externos (U). A maioria dos entrevistados é do sexo masculino (84%) e trabalha na cidade de São Paulo (84%), (55%) deles têm mais de 45 anos. A maioria possui graduação em Ciências Contábeis (69%), além de pós-graduação e/ou especialização (98%), e (51%) declararam ter mestrado e/ou doutorado. Na tabela 2, a distribuição do perfil dos entrevistados é descrita em duas categorias estudadas.

Tabela 2

#### Perfil pessoal dos entrevistados

	P	U
<b>Total</b>	14 (27,45%)	37 (72,55%)
<b>SEXO</b>		
Masculino	12 (23,53%)	31 (60,78%)
Feminino	2 (3,92%)	6 (11,76%)
<b>IDADE</b>		
Até 25 anos	0 (0%)	0 (0%)
entre 26 e 35 anos	1 (1,96%)	6 (11,76%)
entre 36 e 45 anos	3 (5,88%)	13 (25,49%)
mais de 45 anos	10 (19,61%)	18 (35,29%)
<b>Estado da empresa</b>		
SP	12 (23,53%)	31 (60,78%)
RJ	1 (1,96%)	2 (3,92%)
PR	0 (0%)	1 (1,96%)
RS	0 (0%)	2 (3,92%)
MG	1 (1,96%)	0 (0%)
DF	0 (0%)	1 (1,96%)
<b>Formação acadêmica</b>		
Ciências Contábeis	13 (25,49%)	22 (43,14%)
Administração de Empresas	1 (1,96%)	7 (13,73%)
Economia	0 (0%)	4 (7,84%)
Engenharia	0 (0%)	3 (5,88%)
Psicologia	0 (0%)	1 (1,96%)
<b>Pós Graduação</b>		



Especialização e /ou Pós Graduação e/ou MBA	14 (18,42%)	36 (47,37%)
Mestrado e/ou Doutorado	3 (3,95%)	23 (30,26%)

Fonte: dados da pesquisa

Quanto à área profissional, os entrevistados atuam em pequenas e médias empresas ou em grandes empresas (empresas listadas ou não). Os preparadores (P) trabalham todos na área contábil, e (11,76%) deles ocupam o cargo de gerência, (3,92%) são analistas, e outros (11,76%) ocupam cargos variados. Já os usuários externos são principalmente tomadores de decisões (37,84%), auditores (21,62%), consultores (18,92%), e outros usuários (21,62%), a grande maioria (52,94%) são diretores, e outros (19,61%) são gerentes:

Tabela 3

**Atuação profissional dos entrevistados**

	<b>P</b>	<b>U</b>
<b>Total</b>	14 (27,45%)	37 (72,55%)
<b>Atividade preponderante da empresa</b>		
Indústria	1 (1,96%)	6 (11,76%)
Comércio	1 (1,96%)	2 (3,92%)
Serviço	11 (21,57%)	27 (52,94%)
Terceiro Setor	0 (0%)	2 (3,92%)
Outros	1 (1,96%)	0 (0%)
<b>Receita bruta anual</b>		
Faturamento anual até R\$ 4.800.000,00 (microempresa)	0 (0%)	12 (23,53%)
Faturamento anual entre R\$ 4.800.000,01 até R\$ 300.000.000,00 (pequena e média empresa)	4 (7,84%)	17 (33,33%)
Faturamento anual superior a R\$ 300.000.000,00 (empresa de grande porte)	10 (19,61%)	8 (15,69%)
<b>Identifique sua principal área de atuação</b>		
Preparador (elaborador) de demonstrações financeiras	14 (100%)	0 (0%)
Auditor de demonstrações financeiras	0 (0%)	8 (21,62%)
Usuário de demonstrações financeiras para tomada de decisões	0 (0%)	14 (37,84%)
Outros. Identificar: Consultor	0 (0%)	7 (18,92%)
Outros. Identificar: Diversos	0 (0%)	8 (21,62%)
<b>Identifique seu cargo profissional neste momento</b>		
Diretoria	0 (0%)	27 (52,94%)
Gerência	6 (11,76%)	10 (19,61%)
Analista	2 (3,92%)	0 (0%)
Outros. Identificar: Diversos	6 (11,76%)	0 (0%)

Fonte: dados da pesquisa

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E TRATAMENTO ESTATÍSTICO

### 4.1 Importância das demonstrações contábeis

Na opinião dos entrevistados, a DFC consolidada e individual ocupam a quarta e quinta posição respectivamente no grau de importância dentre dezenove tipos de demonstrações financeiras listadas, enquanto que a DOAR individual foi citada por apenas três respondentes, ficando na décima segunda posição, e a DOAR consolidada sequer foi elegida, vide tabela 4

fato que indica a importância da DFC quando na análise da saúde financeira de uma entidade e que a DOAR já está em desuso, conforme destacado por Lustosa (1997, p.35):

No fundo, o investidor e o credor estão interessados em estimar o caixa futuro que a empresa é capaz de produzir. Esta tarefa, extremamente complexa dado o número de variáveis aleatórias envolvidas e de incerteza presente em qualquer avaliação que se faça sobre o futuro, é facilitada pela quantidade e qualidade das informações disponíveis. Maior quantidade de informações, menor o nível de incertezas ao se apostar em um negócio.

Devido à praticidade e abrangência com que evidencia os aspectos financeiros, a DFC é de extrema aplicabilidade, pois informa e evidencia aos seus usuários a capacidade da empresa de gerar fluxo de caixa positivo, pagar dividendos, honrar com suas dívidas, analisar alternativas de investimento e avaliar as situações presente e futura do caixa da empresa, permitindo adequar para não chegar em situação de insolvência.

A apresentação é feita através do fluxo de recursos financeiros, onde se demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que passou pelo caixa em determinado período e o resultado desse fluxo. Diversas situações de insolvência ou iliquidez ocorrem por falta de um bom gerenciamento do fluxo de caixa. Dessa forma, de acordo com Iudícibus (1998, p.79), “por falta de demonstração do fluxo de caixa previsto, uma empresa rentável pode ter sua falência requerida por não ter fundos disponíveis em determinado período para pagar suas contas.”

Tabela 4

**Informação contábil para tomada de decisões**

<b>Informação contábil</b>	1	2	3	4	5	Min	Max	Moda
Notas Explicativas	11 (27,5%)	2 (5%)	8 (20%)	9 (22,5%)	10 (25%)	1	5	1
DRE Consolidado	11 (31,43%)	10 (28,57%)	8 (22,86%)	5 (14,29%)	1 (2,86%)	1	5	1
BP Consolidado	4 (11,43%)	12 (34,29%)	8 (22,86%)	6 (17,14%)	5 (14,29%)	1	5	2
DFC Consolidado	6 (18,75%)	8 (25%)	7 (21,88%)	4 (12,5%)	7 (21,88%)	1	5	2
DFC Individual	5 (23,81%)	5 (23,81%)	6 (28,57%)	3 (14,29%)	2 (9,52%)	1	5	3
DRE Individual	5 (25%)	4 (20%)	7 (35%)	2 (10%)	2 (10%)	1	5	3
Relatório da Administração	1 (5%)	2 (10%)	2 (10%)	6 (30%)	9 (45%)	1	5	5
BP Individual	6 (37,5%)	3 (18,75%)	1 (6,25%)	6 (37,5%)	0 (0%)	1	4	1 4
DMPL Consolidado	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (40%)	6 (60%)	4	5	5
DVA Consolidado	1 (16,67%)	0 (0%)	2 (33,33%)	2 (33,33%)	1 (16,67%)	1	5	3 4
Relatório de Sustentabilidade	0 (0%)	1 (25%)	0 (0%)	1 (25%)	2 (50%)	2	5	5
DOAR Individual	0 (0%)	2 (66,67%)	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	2	3	2
DRA Consolidado	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (33,33%)	1 (33,33%)	1	5	1 4 5
DLPA Consolidado	0 (0%)	1 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (66,67%)	2	5	5
DRA Individual	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (50%)	1 (50%)	4	5	4 5
DLPA Individual	0 (0%)	1 (50%)	1 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	2	3	2 3

DMP Individual	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (100%)	0 (0%)	4	4	4
DVA Individual	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	0	0	5
DOAR Consolidado	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0	0	0

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à divulgação do fluxo de caixa operacional, existem dois métodos disponíveis, sendo: métodos direto e indireto. Através do método direto, a DFC apresenta quanto entrou e quanto saiu de dinheiro no caixa. Já o método indireto, parte do lucro líquido apurado, excluindo todas as receitas, adicionando todas as despesas que não afetaram o caixa ou que se referem às atividades de investimento e financiamento, ajustando os efeitos de todos os diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos de caixa decorrentes das atividades operacionais passadas ou futuras (Macedo, Machado, Murcia, & Machado, 2011).

De uma maneira bastante simples, o método indireto é uma forma de demonstrar a razão da diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa, ou entre o resultado econômico e o resultado financeiro do período.

O Pronunciamento Técnico CPC 03 faculta a utilização tanto do método direto quanto do método indireto, entretanto, exige das empresas que optarem por utilizar o método direto, que conciliem o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

A opinião dos entrevistados com relação ao melhor método para apresentação da DFC, é bastante semelhante entre os métodos direto (25,49%) e indireto, e para (27,45%) deles, é indiferente um ou outro, além de (9,8%) não saberem responder:

Tabela 5

**Importância da DFC no processo de tomada de decisão**

3) Qual o método de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa você julga melhor para utilizar no processo de tomadas de decisões:	fabs f%
Método direto.	13 (25,49%)
Método indireto.	14 (27,45%)
Indiferente, ambos são úteis.	19 (37,25%)
Não sei dizer.	5 (9,8%)

Fonte: dados da pesquisa

## 4.2 Divulgação e auditoria

Na tabela 6, (29,41%) dos entrevistados declaram que publicam e/ou divulgam a DFC por obrigatoriedade, (13,73%) declaram que publicam e/ou divulgam a DFC voluntariamente, (33,33%) deles não publicam a DFC pela falta de obrigatoriedade por ser de capital fechado e/ou pelo porte da empresa, e ainda (23,53%) disseram não publicar devido outros motivos.

Tabela 6

**Evidenciação da DFC**

2) Sua empresa divulga/publica a Demonstração de Fluxo de Caixa	fabs f%
Sim, por obrigatoriedade	15 (29,41%)
Sim, voluntariamente.	7 (13,73%)
Não, pois a empresa é de capital fechado, com Patrimônio Líquido menor que R\$ 2 milhões, portanto, não possui obrigatoriedade.	17 (33,33%)
Não publica por outros motivos.	12 (23,53%)

Fonte: dados da pesquisa

Por outro lado, quando perguntados aos usuários se a publicação de demonstrações contábeis gera benefício que supera o custo de publicação, no intervalo de 0 a 10, (23,53%) atribuiu 10, e a moda também foi 10. Veja tabela 7.

A imagem da empresa (Moore e Benbasat, 1991) e a vantagem relativa (Rogers, 2003) podem ser afetadas pela opção de publicar ou não as demonstrações financeiras.

Tabela 7

**Custo e benefício de publicação**

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mi n	Ma x	Mo da
<b>20) A publicação de demonstra- ções contábeis gera benefício que supera o custo de publicação.</b>	4	0	3	3	6	3	5	8	7	12	1	10	10
	(7,84 %)	(0 %)	(5,88 %)	(5,88 %)	(11,76 %)	(5,88 %)	(9,8 %)	(15,69 %)	(13,73 %)	(23,53 %)			

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a legislação brasileira, grandes empresas devem ser auditadas. No entanto, pode-se perceber que a opinião sobre a confiança em demonstrações financeiras que não são auditadas, não se mostrou um problema para os entrevistados, uma vez que numa escala de 1 a 10, foi observada uma homogeneidade em todas as possibilidades, não sendo possível afirmar que eles só confiaram em demonstrações contábeis auditadas. Veja tabela 8.

Entretanto, esses números mostram a preocupação com a imagem da empresa ou a vantagem relativa de auditar as demonstrações, uma vez que os usuários externos preferem analisar as demonstrações financeiras auditadas. Além disso, a opção de auditar e publicar as demonstrações financeiras está relacionada à observabilidade ou visibilidade dos benefícios que uma inovação pode trazer para a empresa a ser relatada.

Tabela 8

**Confiança na auditoria**

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mi n	Ma x	Mo da
<b>19) Não confio em demonstra- ções contábeis não auditadas.</b>	5	1	3	3	7	7	3	8	5	9	1	10	10
	(9,8 %)	(1,96 %)	(5,88 %)	(5,88 %)	(13,73 %)	(13,73 %)	(5,88 %)	(15,69 %)	(9,8 %)	(17,65 %)			

Fonte: dados da pesquisa

### 4.3 Percepções quanto ao conhecimento e qualidade na análise da DFC

A grande maioria dos entrevistados afirmou que possui um bom conhecimento da DFC, e que a substituição da DOAR pela DFC agregou valor nas análises do dia a dia dos mesmos, além de também afirmarem que através da análise da DFC é possível ter uma melhor compreensão em identificar as melhores alternativas para conseguir atingir as metas financeiras da empresa, a maioria também acredita que a DFC traz benefícios na análise e verificação da capacidade de geração de caixa, e, adicionalmente, a maioria deles respondeu não ter

dificuldade na elaboração ou análise da DFC, essas afirmações podem ser observadas especialmente pelo resultado da MODA de cada questão. Veja tabela 9.

Tabela 9

**DOAR versus DFC**

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mi n	M ax	Mo da
<b>4) Qual seu conhecimento da DFC?</b>	2 (3,92 )	0 (0%)	1 (1,96 )	1 (1,96 )	2 (3,92 )	5 (9,8% )	11 (21,57 )	9 (17,65 )	8 (15,69 )	12 (23,53 )	1	10	10
<b>6) A substituição da obrigatoriedade de apresentação da DOAR pela DFC, agregou valor ao meu dia a dia, ou, nas demonstrações contábeis no tocante a tomada de decisões.</b>	3 (5,88 )	1 (1,96 )	4 (7,84 )	2 (3,92 )	9 (17,65 )	6 (11,76 )	5 (9,8% )	7 (13,73 )	5 (9,8% )	9 (17,65 )	1	10	5 10
<b>9) Tenho dificuldade na elaboração ou análise da DFC.</b>	9 (17,65 )	9 (17,65 )	2 (3,92 )	2 (3,92 )	8 (15,69 )	4 (7,84 )	6 (11,76 )	6 (11,76 )	4 (7,84 )	1 (1,96 )	1	10	12
<b>10) Ao analisar a DFC tenho melhor compreensão em identificar as melhores alternativas para conseguir atingir as metas financeiras da empresa.</b>	2 (3,92 )	1 (1,96 )	0 (0%)	1 (1,96 )	7 (13,73 )	3 (5,88 )	8 (15,69 )	15 (29,41 )	8 (15,69 )	6 (11,76 )	1	10	8
<b>11) A DFC traz benefícios na análise e verificação</b>	1 (1,96 )	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (9,8% )	4 (7,84 )	8 (15,69 )	10 (19,61 )	9 (17,65 )	14 (27,45 )	1	10	10

da capacidade de geração de caixa da empresa.													
13) Tenho dificuldade de entendimento da DFC em minhas análises.	18 (35,29%)	3 (5,88%)	7 (13,73%)	3 (5,88%)	4 (7,84%)	3 (5,88%)	6 (11,76%)	4 (7,84%)	1 (1,96%)	2 (3,92%)	1	10	1

Fonte: dados da pesquisa

#### 4.4 Percepções quanto à utilização da DFC

Com relação à utilização da DFC nas análises, a grande maioria afirmou que faz uso atualmente, além de já utilizarem a DFC mesmo antes da obrigatoriedade que vigora desde 01.01.2008 por força da Lei 11.638/2007, responderam também que a DFC tornou-se indispensável em vossas análises, e por outro lado, a dispensa da obrigatoriedade da DOAR não foi prejudicial do ponto de vista das análises da saúde financeira das empresas. Esses dados podem ser observados especialmente pelo resultado da MODA de cada questão. Veja tabela 10.

Tabela 10

##### Uso da DFC

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mi n	Ma x	Mo da
5) Qual seu uso da DFC?	6 (11,76%)	2 (3,92%)	1 (1,96%)	3 (5,88%)	6 (11,76%)	4 (7,84%)	8 (15,69%)	7 (13,73%)	8 (15,69%)	6 (11,76%)	1	10	7 9
7) A DFC tornou-se indispensável em minhas análises.	3 (5,88%)	2 (3,92%)	2 (3,92%)	0 (0%)	6 (11,76%)	10 (19,61%)	8 (15,69%)	8 (15,69%)	4 (7,84%)	8 (15,69%)	1	10	6
14) Eu já utilizava a DFC, mesmo antes de sua obrigatoriedade, pois essa informação é primordial para minhas análises.	6 (11,76%)	5 (9,8%)	3 (5,88%)	1 (1,96%)	4 (7,84%)	4 (7,84%)	4 (7,84%)	10 (19,61%)	4 (7,84%)	10 (19,61%)	1	10	8 10

<b>15) Eu utilizava a DOAR em minhas análises e a dispensa de obrigatoriedade dessa informação foi prejudicial para mim.</b>	16 (31,37%)	3 (5,88%)	5 (9,8%)	5 (9,8%)	9 (17,65%)	6 (11,76%)	2 (3,92%)	1 (1,96%)	2 (3,92%)	2 (3,92%)	1	10	1
--	----------------	--------------	-------------	-------------	---------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---	----	---

Fonte: dados da pesquisa

#### 4.5 Percepções quanto à utilização da DFC por alguns stakeholders

Pode-se observar também a percepção dos entrevistados com relação ao nível de utilização da DFC por alguns stakeholders, e nesse sentido, a grande maioria afirmou que os bancos com os quais eles trabalham exigem a DFC, isso se dá para verificar a viabilidade da concessão de crédito à essas empresas; a utilização da DFC também foi percebida com seus clientes, pois a grande maioria deles disseram ser exigidos pelos clientes que apresentem a DFC, o que não parece ter muito sentido, e por outro lado, foi percebida um baixo nível de utilização da DFC pelos seus fornecedores, o que na prática deveria ser ao contrário, uma vez que assim como os bancos, a DFC mostra a capacidade de honrar com seus compromissos de pagamentos, portanto, essas respostas não se mostraram consistentes. Veja tabela 11.

Tabela 11  
Uso DFC por bancos, clientes e fornecedores

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Min	Max	Moda
<b>16) Os bancos com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.</b>	3 (5,88%)	1 (1,96%)	3 (5,88%)	2 (3,92%)	6 (11,76%)	2 (3,92%)	3 (5,88%)	6 (11,76%)	10 (19,61%)	15 (29,41%)	1	10	10

<b>17) Os clientes com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.</b>	4	1	5	3	6	5	6	6	6	9	1	10	10
	(7,84 %)	(1,96 %)	(9,8 %)	(5,88 %)	(11,76 %)	(9,8 %)	(11,76 %)	(11,76 %)	(11,76 %)	(17,65 %)			
<b>18) Os fornecedores com os quais trabalho estão exigindo as demonstrações contábeis em conformidade com as normas contábeis atualmente aplicáveis.</b>	9	6	6	3	8	5	4	4	3	3	1	10	1
	(17,65 %)	(11,76 %)	(11,76 %)	(5,88 %)	(15,69 %)	(9,8 %)	(7,84 %)	(7,84 %)	(5,88 %)	(5,88 %)			

Fonte: dados da pesquisa

#### 4.6 Percepções quanto automação e adoção da DFC

Do ponto de vista de automação de sistemas para gerar automaticamente a DFC, as opiniões ficaram bastante divididas, com um maior volume nos dois extremos de possibilidades, desde os que concordam totalmente, até os que discordam totalmente, esse fator se deve especialmente ao porte da empresa e o poder de investimento em softwares, por outro lado, apesar disso, a grande maioria respondeu que não tiveram dificuldade na adoção da DFC, portanto, mesmo os que não tinham um processo automatizado, conseguiu preparar tal informação, o que contradiz Rogers (2003), que afirma que a complexidade ou o grau de dificuldade de uso de uma inovação, dificulta sua adoção. Veja tabela 12.



Tabela 12  
**Dificuldades na adoção da DFC**

Score	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Min	Max	Moda
<b>8) O sistema da minha empresa está preparado (parametrizado) para gerar automaticamente a DFC.</b>	9	2	5	4	5	1	5	7	5	8	1	10	1
	(17,65 %)	(3,92 %)	(9,8 %)	(7,84 %)	(9,8 %)	(1,96 %)	(9,8 %)	(13,73 %)	(9,8 %)	(15,69 %)			
<b>12) Tive dificuldade na adoção inicial da DFC.</b>	7	9	7	4	9	7	3	1	1	3	1	10	2,5
	(13,73 %)	(17,65 %)	(13,73 %)	(7,84 %)	(17,65 %)	(13,73 %)	(5,88 %)	(1,96 %)	(1,96 %)	(5,88 %)			

Fonte: dados da pesquisa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais mudanças advindas da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), foi a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa DFC.

Diversas discussões teóricas acerca dessa substituição já vinham sendo realizadas ao longo dos últimos anos, como, por exemplo, Martins (1991) e Lustosa (1997).

O presente trabalho buscou analisar a percepção dos usuários externos e preparadores de demonstrações financeiras quanto a essa substituição e se isso certa forma foi benéfico para a qualidade da informação contábil quando da análise da saúde financeira de uma entidade.

Considerando esse contexto, foi feita uma pesquisa com um grupo de pessoas que participaram de um evento da ANEFAC, onde através de questionário definido foi possível analisar a real percepção, utilização, conhecimento, aplicação e julgamento da DFC em relação à DOAR.

Os resultados evidenciaram que a DFC é mais relevante que DOAR, pois sugerem que as informações apresentadas pela DFC são mais significativas que as informações apresentadas pela DOAR, uma vez que conseguem explicar de maneira mais eficiente a variação no valor de caixa, e a real capacidade da empresa gerar caixas futuros, assim como honrar com seus compromissos, ou seja, apresentando a situação de liquidez e solvência de maneira mais clara e objetiva.

Dessa forma, os achados da pesquisa sugerem que a substituição da DOAR pela DFC foi benéfica para os usuários da informação contábil, pois agregou relevância às informações, muito embora estudos anteriores tenham mostrados a DOAR como uma ferramenta mais rica em informações, ou seja, uma demonstração que permite ao usuário extrair dela mais dados analíticos.

Uma explicação coesa para esse achado se deve pelo fato da DFC ser uma demonstração mais fácil de ser compreendida, especialmente para os usuários menos adaptados com a contabilidade, o que faz com que seja mais utilizada.

Num contexto mais amplo de *value relevance* na adoção de normas internacionais, percebe-se que os achados encontrados no presente estudo reforçam os resultados obtidos por Macedo, Machado, Murcia & Machado (2011), Barth, Landsman e Lang (2008), Hung e Subramanyam (2007), Morais e Curto (2009) e Kadri, Aziz e Ibrahim (2009) e contrariam os resultados de Niskanen, Kinnunen e Kasanen (2000), Vishnani e Shah (2008) e Morais e Curto (2008), pois se observou que o processo de harmonização com os padrões internacionais acrescentou relevância às informações contábeis.

A maior limitação desse estudo, se dá pelo número amostral reduzido, justificado por ser o público que estava presente na data do evento. Portanto, os resultados desta pesquisa devem ser interpretados e analisados levando-se em conta essa limitação.

Dessa forma, sugere-se a continuidade do estudo buscando aumentar a amostra e o número de observações para tentar encontrar conclusões mais robustas.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, R. A. E. (1999). A capacidade informativa da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração de fluxos de caixa (DFC). *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, 28(117), 20-32.
- Antunes, M. T. P., Pelucio-Grecco, M. C., Formigoni, H., & Mendonça Neto. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Assaf Neto, Alexandre; Silva, César Augusto Tibúrcio. *Administração do capital de giro*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498.
- Borsato, J. M. L. S., Pimenta, D. P., & Lemes, S. (2009). Uma abordagem comparativa na análise da DOAR e DFC: um estudo de caso na Cia. Vale do Rio Doce. *Contabilidade Vista & Revista*, 20(2), 161-179.
- Bromwich, M. (2006). Economics in management accounting. *Handbooks of management accounting research*, 1, 137-162.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research.
- Fishbein, M., Loken, B., Chung, J., & Roberts, S. (1978). Smoking behavior among college women. Report prepared for the Federal Trade Commission, University of Illinois.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1980). Predicting and understanding consumer behavior: Attitude-behavior correspondence. *Understanding attitudes and predicting social behavior*, 148-172.
- Fishbein, M., Ajzen, I., & Hinkle, R. (1980). Predicting and understanding voting in American elections: Effects of external variables. *Understanding attitudes and predicting social behavior*, 173-195.
- Fishbein, M. (1982). Social psychological analysis of smoking behavior. *Social psychology and behavioral medicine*, 179-197.
- Hung, M., & Subramanyam, K. R. (2007). Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of accounting studies*, 12(4), 623-657.
- Iudícibus, S. de. (1998). *Análise de balanços*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

- \_\_\_\_\_ (1999). Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas.
- Kadri, M. H., Ibrahim, M. K., & Abdul Aziz, R. (2009). Value relevance of book value and earnings: evidence from two different financial reporting regimes. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 7(1), 1-16.
- Lambert, R. A. (2001). Contracting theory and accounting. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 3-87.
- Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)
- Lustosa, P. R. B. (1997). DOAR – Uma morte anunciada. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Caderno de Estudos. São Paulo, v.9, n.16, p.26-38.
- Macedo, M. A. D. S., Machado, M. A. V., Murcia, F. D. R., & Machado, M. R. (2011). Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 299-318.
- Malhotra, N.K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- Marques, J. A. V. D. C., & Braga, R. (2001). Demonstração de fluxos de caixa. *Revista de Contabilidade*
- Martins, E. (1991). Contabilidade VS Fluxo de caixa. *Caderno de Estudos FIPECAFI*, v.2
- Meckling, W. H., & Jensen, M. C. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Moore, G. C., & Benbasat, I. (1991). Development of an instrument to measure the perceptions of adopting an information technology innovation. *Information systems research*, 2(3), 192-222.
- Morais, A. I., & Curto, J. D. (2008). Accounting quality and the adoption of IASB standards: portuguese evidence. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 103-111.
- Morais, A. I., & Curto, J. D. (2009). Mandatory adoption of IASB standards: Value relevance and country-specific factors. *Australian Accounting Review*, 19(2), 128-143.
- Niskanen, J., Kinnunen, J., & Kasanen, E. (2000). The value relevance of IAS reconciliation components: empirical evidence from Finland. *Journal of Accounting and Public Policy*, 19(2), 119-137.
- Padoveze, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil: texto e exercícios. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Perez Junior, José Hernandez; Begalli, Glaucos Antônio. Elaboração das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Rogers, E. M. (2003). Diffusion of innovation. (5rd ed.). New York: The Free Press.
- Sá, A. L. (2002). Teoria da contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Salotti, B. M., & Santos, A. (2015). Ativos biológicos na DVA: análise da divulgação no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 14-23.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 37-49.
- Santos. Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa. São Paulo: Atlas, 2001.
- Santos, J. L. (2006). Demonstrações Contábeis das Companhias Abertas: de acordo com nova Deliberação CVM nº488/05. 1 ed. São Paulo: Atlas.

- Sejwacz, D., Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). Predicting and understanding weight loss: Intentions, behaviors, and outcomes. *Understanding attitudes and predicting social behavior*, 101-112.
- Theóphilo, C. R. (1998). Algumas reflexões sobre pesquisas empírica em contabilidade. *Caderno de Estudos*, (19), 01-08.
- Tidd J.; Bessant J.; Pavitt K. *Managing innovation: integrating technological, market and organizational change*. Chichester. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd. 3rd ed.2005.
- Vishnani, S., & Shah, B. K. (2008). Value relevance of published financial statements—with special emphasis on impact of cash flow reporting. *International Research Journal of Finance and Economics*, 17(1), 84-90.